



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 602/XV/1.ª

CRIAÇÃO DO MUSEU DA RESISTÊNCIA E LIBERDADE NA CIDADE DO PORTO E DESENVOLVIMENTO DE UMA REDE NACIONAL DE MUSEUS SOBRE A MEMÓRIA COLETIVA ANTIFASCISTA

Ainda em 2008, a Assembleia da República aprova a Resolução 24/2008 – “Divulgação às futuras gerações dos combates pela liberdade na resistência à ditadura e pela democracia”, onde se defende a criação de espaços musealizados em várias zonas do país no sentido de preservar a memória da luta contra o fascismo e ainda a promoção de eventos como roteiros nacionais e atividades educativas relacionadas com o tema. Esta Resolução da Assembleia da República foi aprovada por unanimidade.

Passados quinze anos desde a aprovação da Resolução 24/2008, foram dados passos concretos para a materializar. O Museu do Aljube – Resistência e Liberdade é hoje uma realidade, um museu municipal dedicado à memória do combate à ditadura e à resistência em prol da liberdade e da democracia. E, mais recentemente, a abertura do Museu Nacional da Resistência e da Liberdade, em Peniche, representa um novo e importante passo na patrimonialização das memórias das resistências desses anos e valorizar a vitória sobre a repressão da ditadura. Esses dois equipamentos públicos - um municipal e um do Estado central - permitem hoje imaginar uma articulação em rede que garanta a divulgação da memória histórica, bem como abrir espaço para mais investigação sobre este período.

Contudo, há uma ausência que deve ser colmatada. A memória das lutas no norte do país não tem ainda dedicado um espaço museológico. A reivindicação pela

criação de um equipamento na cidade do Porto idêntico aos museus do Aljube (Lisboa) e Museu Nacional da Resistência e Liberdade (Peniche) não é nova. No passado dia 19 de julho de 2019, a Assembleia da República aprovou a resolução 153/2019 “Recomenda ao Governo que crie um museu de Memória da Resistência ao Fascismo, no imóvel onde funcionou a delegação da ex -PIDE/DGS, no Porto, enquadrando-o numa Rede Nacional de Museus da Resistência”. A resolução, que aponta para a formalização de um espaço de memória antifascista na cidade do Porto e, por consequente, em toda a região do norte do país, foi um passo histórico na preservação do património de luta contra a Ditadura do Estado Novo.

Essa mesma resolução, publicada em Diário da República n.º 160/2019, Série I no dia 22 de agosto de 2019 é o produto final das várias propostas contidas em Projetos de Resolução apresentados e discutidos na Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto durante essa legislatura, e onde o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda teve um papel pró-ativo na apresentação da iniciativa Projeto de Resolução 2134 (BE) - Criação da Rede Nacional dos Museus da Resistência e Instalação do Museu da Resistência e Liberdade no Porto) que despoletou o debate em apreço.

Nesse mesmo período, foi lançada uma Carta Aberta Aberta em defesa da criação deste equipamento, que contou com a assinatura de figuras como os arquitetos Álvaro Siza Vieira, Souto Moura, historiadores como Fernando Rosas, Manuel Loff, Joel Cleto e Maria Alice Samara, músicos como Sérgio Godinho, José Mário Branco e Capicua e ainda um conjunto de ex-presos políticos como o arqueólogo Cláudio Torres (que esteve detido no edifício da Rua do Heroísmo), Maria Rodrigues, ou Jorge Carvalho (Pisco) o último português preso, por motivos políticos, naquelas instalações.

Tanto a resolução aprovada nesta altura como a Carta Aberta apontavam o imóvel onde funcionou a delegação da PIDE/DGS, na Rua do Heroísmo, como o espaço mais indicado para o efeito. O edifício alberga hoje o Museu Militar do Porto, uma situação que não encontra sustentação histórica e que tem vindo a impedir desenvolvimento de projetos museológicos tanto sobre a história da resistência antifascista no Porto, como da própria história militar.

A zona onde se encontra instalado o edifício do que é hoje o Museu Militar do Porto fazia parte de uma vasta propriedade denominada Quinta do Bispo, que englobava os espaços do atual Cemitério do Prado do Repouso até às margens do Douro e ao Largo de Soares dos Reis, constituída no século XVI. Já, em 1582, a zona era utilizada como espaço de “recreio e lazer”.

Em 1838, devido a divergências entre a Igreja e a Câmara Municipal, os terrenos da quinta foram alienados pelo Estado e passaram para a posse da autarquia que aí construiu um cemitério público, no local denominado Prado do Bispo – o Cemitério do Prado do Repouso. Em finais do século XIX, há referências a uma casa, encostada aos muros do cemitério, propriedade de D. Maria Coimbra. Mais tarde, a sua herdeira – Ismênia Coimbra, arrenda o imóvel a uma irmandade de freiras aquando da guerra civil espanhola. Em 1948, o Estado acabou por adquirir o edifício a D. Ismênia Aurora Pinto Coimbra, por 450 contos. Nesse imóvel, sito à rua do Heroísmo nº 329/345, o Estado instalou a delegação do Porto da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (P IDE/DGS).

Hoje, o antigo edifício da PIDE/DGS serve de instalações para o Museu Militar do Porto. Porém, o projeto inicial para este equipamento não estava pensado para ali. A vontade de criar um Museu Militar partiu do meio civil, liderado pela Câmara Municipal do Porto e à volta da coleção do pintor portuense Joaquim Vitorino Ribeiro, corria o ano de 1920, quando o Presidente da República, Dr. António José de Almeida, inaugurou uma exposição sobre a Revolução Portuguesa de 1820, nesta cidade. Só em 1970, surgiu um renovado interesse, promovido pela Associação Cultural dos Amigos do Porto e outras entidades civis e militares, mantendo-se a ideia de montar um museu no Castelo de S. João da Foz.

Com o 25 de abril, e após o Exército ter tomado conta do edifício no próprio dia da Revolução, o Conselho da Revolução, pelos decretos-lei 947/76 de 31 de dezembro e 242/77 de 8 de junho, define os objetivos e cria o Museu Militar do Porto nessas instalações. Essa decisão, após o 25 de abril, acabando por se escolher o antigo edifício da PIDE, esteve relacionada, essencialmente, por razões de natureza financeira. Os custos da obra para transformar o Castelo de S. João da Foz eram demasiado elevados.

Prevista a sua localização, em momento anterior, no Forte de S. João da Foz, o Museu Militar do Porto acabou por ser inaugurado em 21 de março de 1980, na presença do Presidente da República, o General Ramalho Eanes. Apesar do empenhamento dos militares envolvidos no funcionamento do que foi definido como “museu militar afeto ao Exército”, as características morfológicas do edifício e a exiguidade dos espaços disponíveis não têm permitido a concretização, sequer aproximada, das missões atribuídas no diploma que o criou, em particular o nº 1 do seu artigo 3º que previa: “Recolher, inventariar, classificar e conservar objetos que, pela sua antiguidade, raridade ou valor, convenha preservar como testemunhos da história militar do País na parte que respeita às instituições e forças militares terrestres e, em particular, ao Exército”.

No entanto, a memória daquele edifício é outra. Razão pela qual, antifascistas, democratas e associações como a “URAP” e o movimento cívico “Não Apaguem a Memória” vêm pugnando, desde há vários anos, pela instalação naquele imóvel de um “memorial da resistência ao fascismo”.

Pela URAP, foi até firmado um protocolo com o Ministério da Defesa para um projeto que está em marcha “Do heroísmo à firmeza – percurso na memória da casa da PIDE no Porto (1934-1974)”:

“Documento “Do Heroísmo à Firmeza: Percurso na Memória da Casa da PIDE no Porto (1934-1974)”

Esperamos que no ano em que se comemoram os 40 anos da Revolução de Abril e tristemente se cumprem 80 anos da Casa da PIDE no Porto os representantes do Estado, com poder representativo, legislativo, consultivo e decisório, não continuem a adiar a perpetuação de um registo que ninguém de reta consciência poderá apagar. Factos são factos. Todas as nações civilizadas conservam as suas matrizes e cicatrizes, honrando os exemplos de patriotismo e humanismo esconjurando as tentações de regresso à efeméride sem inscrever este padrão no mapa do Porto.

Porto, 16 de junho, 2014”

Da parte do Movimento Cívico “Não Apaguem a Memória”, é clara a sua reivindicação no que toca à criação de um Museu da Resistência e Liberdade nas antigas instalações da PIDE/DGS. No seu documento estratégico “Objetivos do Núcleo do Porto do movimento “Não Apaguem a Memória”, conta, logo na primeira alínea:

“a) Desenvolver ações visando a criação de um Museu da Resistência ao Fascismo a ser instalado na antiga sede da Delegação do Porto da PVDE/PIDE/DGS”

Também no sentido de salvaguardar o edifício e reforçar a classificação como “imóvel de interesse patrimonial “ – atendendo ao seu valor arquitetónico, artístico e histórico - conforme consta no Anexo I do PDM do Porto sob a referência B14, a Assembleia Municipal do Porto aprovou em 24 de setembro de 2007 uma Recomendação ao Executivo municipal, apresentada pelo grupo municipal do Bloco de Esquerda, para a “abertura do procedimento de classificação de interesse público do imóvel da rua do Heroísmo nº 345 onde está instalado o Museu Militar do Porto e onde funcionou a delegação do Porto da PIDE/DGS”.

A história desta reivindicação cidadã merece que a Assembleia da República, uma vez mais, reforce o seu apoio ao projeto. A criação de um novo Museu da Resistência e Liberdade deve, nessa perspetiva, responder a várias tarefas. Em primeiro lugar, honrar a memória e a luta dos mais de 7.000 resistentes à ditadura que, durante a Ditadura, foram presos e torturados pela polícia política do Estado Novo na antiga delegação da PIDE/DGS, na Rua do Heroísmo. Em segundo lugar, ter a capacidade de dinamizar, numa perspetiva intergeracional, ações que sensibilizem a defesa dos direitos, liberdades e garantias que o 25 de Abril e a Constituição da República Portuguesa garantiram. Num outro plano, e em ligação com o universo da investigação científica, propiciar mais meios de estudo sobre o período em causa, interligando as realidades vividas na resistência com o território e os dias de hoje.

Na comemoração dos 50 anos da Revolução do 25 de abril, e no mesmo momento em que se avança a passos largos na instalação da exposição permanente do Museu da Resistência e Liberdade no Forte de Peniche e que já existe o Museu instalado nas antigas instalações do Aljube, em Lisboa, é um imperativo preservar a

memória coletiva da luta contra o fascismo na cidade do Porto e em todo o norte do país.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Seja criado o Museu da Resistência e Liberdade do Porto, um novo equipamento museológico na cidade do Porto, dedicado ao tratamento da memória das resistências ao Fascismo;
2. Sejam tomadas medidas no sentido de estudar a hipótese de ser integralmente disponibilizado pelo Ministério da Defesa Nacional o prédio da rua do Heroísmo n.º 329/345 (PM 049/Porto) onde funcionou durante 36 anos a delegação do Porto da ex-PIDE/DGS e, conseqüentemente, seja encontrado um novo local para a instalação do Museu Militar do Porto em melhores condições de realização das finalidades previstas no diploma seu fundador, o Decreto-Lei n.º 242/77 de 1 de abril;
4. Sejam envolvidas, neste processo, organizações representativas da resistência ao fascismo, como a “União de Resistentes Antifascistas Portugueses” e o “Não Apaguem a Memória”.
5. Crie a Rede Nacional de Museus da Resistência, permitindo a articulação entre o Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, de Lisboa, o Museu Nacional da Resistência e da Liberdade, de Peniche, e o futuro Museu da Resistência e Liberdade, do Porto.

Assembleia da República, 11 de abril de 2023.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Joana Mortágua; Pedro Filipe Soares; Mariana Mortágua;

Catarina Martins; Isabel Pires